



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638404 - SP (2021/0000746-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABRIEL KENJI WASANO MISAKI - SP305314
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALISSON MATHEUS MATIAS DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALISSON MATHEUS MATIAS DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501179-26.2019.8.26.0616).

O paciente foi condenado às penas de 10 anos de reclusão em regime inicial fechado e de multa em razão da prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta que a pena-base foi indevidamente exasperada, com base em motivação genérica, sem apontar dados concretos para tanto.

Defende que o paciente faz jus à causa especial de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, haja vista a ausência de indícios que demonstrem a dedicação ao tráfico de drogas ou participação em organização criminosa, mormente porque a natureza e a quantidade da droga apreendida devem ser consideradas apenas na primeira fase da dosimetria e não para afastar o redutor especial, sob pena de incorrer no vedado *bis in idem*.

Acrescenta que o regime prisional fechado foi determinado com esteio na gravidade abstrata do crime, não obstante a primariedade e os bons antecedentes do paciente.

Requer, liminarmente, a reforma do aresto impugnado para reconhecer o tráfico privilegiado ao paciente, redimensionando a pena e mitigando o regime inicial, e, no mérito, a concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente